

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA		UF
INSTITUIÇÃO MOURA LACERDA		SP
ASSUNTO		
AUTORIZAÇÃO (CARTA-CONSULTA) COM VISTAS A CRIAÇÃO, PELA VIA DE RECONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE "MOURA LACERDA", COM SEDE EM RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DA LEI n° S.540/68, DA RESOLUÇÃO CFE n° 03/83 E DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.		
RELATOR: SR. CONS. MARGARIDA Mª R. BARROS P. LEAL		
PARECER Nº	CÂMARA OU COMISSÃO	APROVADO EM
867/90	CEU	07/11/90
		PROCESSO Nº
		23001.00435/90-24
I - RELATÓRIO		
<p>A Instituição Moura Lacerda, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, apresentou para apreciação do Conselho Federal de Educação, Carta-Consulta com vistas à transformação de suas Unidades de Ensino Superior, na Universidade Moura Lacerda, pela via do Reconhecimento, nos termos da Lei n° 5.540/68, da Resolução CFE n° 03/83 e demais dispositivos legais.</p> <p>A análise da carta-consulta, obedece ao disposto na Portaria CFE n° 11/83, quanto aos aspectos referentes à Instituição Mantenedora, aos Cursos e ao Projeto de Criação de Universidade e se baseia, quanto aos aspectos patrimonial e econômico-financeiro, em estudo técnico específico anexo n° 01 deste parecer. Por outro lado, a exemplo de análises de igual natureza, fundamentou-se sobremaneira, na visita à Instituição, oportunizando conhecer "in loco" suas instalações físicas, e pessoalmente seus Dirigentes e Corpo Docente, com os quais pode ser bem discutida a ideia e concepção da Universidade pretendida.</p> <p>1. Quanto à Instituição Mantenedora</p>		

867/90

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

1.1 Identificação

A Instituição Moura Lacerda - I.M.L - / tem como sede a cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo à Rua Padre Euclides nº 995, Caixa Postal, 63 e 757, Telefone (016) 636.1010, CEP 14.085.

1.2 Condições Jurídicas

É constituída sob a forma de associação sendo Entidade Jurídica de Direitos Privados, reconhecida de Entidade Pública pelo Governo do Estado de São Paulo, pela Lei de 27.10.71. publicada no D.O.E em 28.10.71 e pelo Governo Municipal de Ribeirão Preto, através do Decreto nº 212, de 27.07.75 publicado/no D.O. do Município, em 31.07.75.

Encontra-se registrada no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº 192, livro A-1, fls. 154, em 07.05.51, e sob nº 716, livro A, fls. 160, em 22.01.79. Seus Estatutos Sociais tiveram publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 12.01.79. Em atendimento à despacho interlocutório, a Instituição encaminhou para anexar ao presente, cópia da ata nº 52, correspondente à reformulação dos seus Estatutos, aprovada pelos sócios titulares e devidamente registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Ribeirão Preto, sob os nºs 12310 e 13106.

A Instituição é regida pelo Regimento Unificado das Unidades Escolares, aprovado pelo Parecer CFE nº 7 43/81, publicado na Documenta nº 251/ 81, alterado pelo parecer CFE nº 441/90.

1.3 Dirigentes

Às fls. 01 a 03 da Carta-Consulta, estão indicados os Dirigentes com suas respectivas qualificações, correspondendo às Diretorias Administrativa •, Executiva, Financeira, e Secretaria Geral.

Ainda às mesmas fls., são relacionados seus sócios titulares, os quais elegem os Dirigentes, para um mandato de 02 anos, renovável por igual período, ate 02 vezes consecutivas.

Nos estatutos que passaram a integrar o Processo, constam também, descrição das Condições dos Sócios e da Administração, dos Mandatos, da Votação das Eleições, bem como das atribuições, reuniões, da

Receita e Despesa, do Patrimônio e do Fundo Social.

1.4. Condições Fiscais

Segundo o que consta às fls. 03 do Processo, a Instituição Moura Lacerda, inscrita no Ministério da Fazenda/Delegacia da Receita Federal sob o nº 55985782/0001-57, encontra-se em perfeita e completa regularidade fiscal com:

- . Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/Secretaria Municipal da Fazenda.
- . Secretaria Estadual da Fazenda/Tesouraria do Estado de São Paulo, relativamente a impostos de lançamentos.
- . Departamento de F.G.T.S. do Banco Nacional de Habitação.
- . Comarca de Ribeirão Preto e fora dela, não constando como vedora de nenhum título de sua responsabilidade, aval ou similares.
- . Caixa Econômica Federal/Programa de Integração Social (PIS), onde a Instituição vem cumprindo, em tempo útil e de maneira integral, suas obrigações concernentes.
- . Ministério da Previdência e Assistência Social, inscrita sob o nº 2143501412/27, onde nada deve e tem cumprido, em tempo hábil, todas as suas obrigações.
- . INCRA, inscrita sob o nº 61308804820-4.

Para comprovar referida regularidade fiscal e parafiscal, foram anexados às fls. 04 a 11.1, documentos desses registros, bem como guias e certidões negativas.

1.5. Situação Patrimonial e Econômico-Financeira

Informa a Instituição, que foi sempre sua preocupação, dotar-se paulatinamente e de maneira segura e prudente de um patrimônio estável, capaz de montar a infra-estrutura indispensável e atender satisfatoriamente às necessidades do seu desenvolvimento. Daí, após sessenta e sete anos da sua criação, possuir um patrimônio razoável e totalmente livre e desembaraçado de qualquer ônus, conforme Quadro nº 01 referente à relação dos Bens Imóveis, com localização, avaliação, registro e matrícula.

Para comprovar sua capacidade econômica-financeira, a Entidade



apresenta no corpo do Processo:

- Demonstração do Balanço e Demonstração da Receita e Despesa em 31 de dezembro de 1985, 1986, 1987 e 1988;
- Balancete sintético emitido em 31 de Dezembro de 1989.
- Demonstrativo Econômico-Financeiro dos quatro últimos exercícios (1986/1989) contido no Quadro nº 02.
- Quadro nº 03 correspondente aos índices de liquidez, imobilizado e endividamento nos anos de 1986/1989.

Declara a Instituição Moura Lacerda, para todos os fins de direito e sob responsabilidade legal, que não aparece como devedora ou avalista e contra ela inexistem executivas fiscais federais, estaduais ou municipais.

As conclusões sobre a situação patrimonial e Econômico-Financeira constam da informação anexo nº 01 deste parecer, incluindo observações técnicas pertinentes à matéria.

1.6. Demonstrativo do Atendimento aos Requisitos Fixados no Artigo 3º da Resolução CFE nº 03/83

às fls. 17 e 18 da Carta-Consulta; a Instituição Moura Lacerda demonstra atender aos requisitos fixados no artigo 39 da Resolução CFE nº 03/83, na forma que segue:

- a) Não distribui qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos resultados, conforme determina o artigo 34 dos seus Estatutos.
- b) Aplica integralmente no país os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais (Art. 34).
- c) Mantém registro mecanizado das Receitas e Despesas, Ativo e Passivo, com movimentos mensais ordenados dentro do Plano de Contas e em atenção as normas e princípios contábeis, em cadernados e rubricados pelo Juiz Distribuidor da Comarca, com registro em Cartório e balancetes mensais.
- d) Em caso de superavit financeiro, respeitará, como respeita, todos os tetos que venham a ser estabelecidos, com aplicação de recursos, de acordo com o que se preceitua no Art 34 dos Estatutos e Art. 2º do Regimento Unificado da Instituição. Mantém, em sua Contabilidade, registro das variações patrimoniais positivas e gastos com pessoal de direção e administra

ção, em cada exercício social, de maneira a permitir controle total de sua aplicação.

- e) Seu patrimônio está constituído de bens, de tal forma escriturados publicamente, a permitir distingui-lo, perfeitamente, do patrimônio individual de seus fundadores, dirigentes ou administradores.
- f) Em caso de dissolução da sociedade, o seu patrimônio será destinado a uma entidade congênere, de fins educacionais e filantrópicos, sediada no Estado de São Paulo, registrada no Conselho Nacional ou Estadual do Serviço Social, ou aquela que for designada pela Assembleia Geral, em se tratando de Cursos Livres, Pré-Escola e ou 1º e 2º Graus.

1.7. Qualificação para Área Acadêmica

1.7.1. Experiência na Manutenção de Estabelecimentos de Ensino Superior

A Instituição Moura Lacerda, desde 1923, mantém estabelecimentos de ensino.. Iniciou sua experiência com a Escola de Comercio de Ribeirão Preto, em 23 de maio de 1923, e logo a seguir com o Instituto Comercial, estabelecimento que, na época, formava os antigos Guarda-Livros e, mais tarde, Contadores. Em 1932, criou a primeira Faculdade de Economia-do interior paulista, reconhecida pelo Decreto Federal nº 29.293/51, publicado no D.O.U. em 01.03.51.

Sua experiência na manutenção de Estabelecimentos de Ensino Superior, vem desde 1923, há mais de meio século, portanto.

Com o advento da primeira Faculdade de Economia do interior paulista, e uma das primeiras do Brasil, não só ofereceu à Comunidade local novas perspectivas culturais, como iniciou sua influência em toda a região da Alta Mogiana, com projeção em todo o norte paulista.

Em 1969, novamente auscultando a Comunidade, cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Letras, Matemática e Pedagogia, todos reconhecidos pelo Parecer CFE nº 361/72 e pelo Decreto Federal número 70.579/72, publicado no D.O.U. em 23.05.72.

A esta época, já havia conseguido o reconhecimento dos cursos



de Administração e de Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Econômicas, pelo Parecer CFE nº 706/71 e pelo Decreto nº 70.078/72, publicado no D.O.U. em 01.02.72.

O ano de 1974 marca, de maneira firme, a entrada da Instituição Moura Lacerda na área da Tecnologia, com o reconhecimento do curso de Engenharia Civil, do Instituto Politécnico de Ribeirão Preto, através do Parecer CFE nº 709/74 e do Decreto Federal nº 73.913/74, publicado no D.O.U. em 09.04.74. Pelo Decreto 90.631/84 de 05.12.84, foram autorizadas as habilitações de Engenharia Sanitária e Engenharia de Produção Civil.

Em 1978, o Conselho Federal de Educação autoriza a conversão do curso de Matemática em curso de Ciências-Licenciatura de 1º Grau e Habilitação em Matemática (Licenciatura Plena), através do Parecer nº 37/70. O curso de Ciências está reconhecido pelo Decreto Federal nº 81.763/78, publicado no D.O.U. em 06.06.78.

Em 1980 obtém a autorização para funcionamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pelo Parecer CFE nº 632/80 e Decreto Federal nº 85.028/80, de 14.08.80 e Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 173 de 07.03.86.

Grande número de alunos de municípios vizinhos procura a Instituição. Iniciando sua expansão territorial, parte para a vizinha cidade de Jaboticabal e adquire a Faculdade de Educação Física reconhecida pelo Parecer CFE nº 1868/74 e pelo Decreto Federal nº 76.176/75 de 02.09.75.

Em 1983, na comemoração do 60º aniversário de fundação da Instituição Moura Lacerda, inaugura modernas e completas instalações para a Faculdade de Educação Física, em Jaboticabal.

1.7.2. RELACIONAMENTO DA MANTENEDORA COM AS UNIDADES DE ENSINO

Em conformidade com o estatuído no Regimento Unificado **das** Unidades Escolares da Instituição Moura Lacerda, as mesmas constituem-se num todo orgânico, cuja Administração Superior é exercida por órgãos deliberativos, isto é, o Conselho das Unidades Escolares e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, e **por** um órgão executivo, isto é, a Diretoria Geral (Regimento Unificado, Cap. II, Seção **Única**, **Art. 4º §§ 1º e 2º**).

O Conselho das Unidades Escolares é constituído pelo Diretor Geral, pelo Vice-Diretor Geral, pelo Diretor-de cada Unidade, Chefes dos órgãos suplementares, um Professor Titular de cada Unidade e eleito por seus pares, um Professor Auxiliar de cada Unidade e eleito da mesma forma, um representante estudantil indicado na forma do Regimento, um representante da Entidade Mantenedora, um representante da Comunidade, gozando todos do direito de voz e voto (Regimento Unificado, Art. 5º, Sub-Seção I).

É competência do Conselho das Unidades Escolares: elaborar e aprovar o Regimento das Unidades Escolares, cora seus anexos e emendas a" serem referendados pela Entidade Mantenedora antes de submetidos ao Conselho Federal de Educação; aprovar resoluções regimentais, normas para o seu próprio funcionamento e demais Colegiados; pronunciar-se sobre propostas do Orçamento Anual, elaborado pelas Unidades Escolares, integrá-las e submeter o projeto à Entidade Mantenedora; apreciar a proposta de alteração anual do Quadro de Pessoal Docente e Administrativo para ser decidido pela Entidade Mantenedora; exercer as demais funções que, pela natureza, recaiam no domínio de sua competência (Regimento Unificado, Art. 9º).

O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, órgão deliberativo em matéria de ensino e pesquisa, e constituído pelos seguintes membros: Diretor Geral, Vice-Diretor Geral, um Professor Titular e um Auxiliar, eleitos por seus pares, um representante estudantil escolhido na forma do Regimento e pelo Coordenador do 1º Ciclo. É da competência deste Conselho coordenar o Ensino e a Pesquisa das Unidades, emitir parecer, encaminhando-o à Mantenedora, sobre a abertura ou criação de novos

cursos, aprovar o plano de aperfeiçoamento do Pessoal Administrativo e Docente, aprovar os Projetos de Pesquisas das Unidades e emitir parecer sobre matéria de ensino e pesquisa, aprovar Catálogo Geral de Disciplina das Unidades, entre outras atribuições (Regimento Unificado, Artigos 10 e 11).

A Direção Executiva Superior é exercida pelo Diretor Geral e pelo Vice-Diretor Geral, que são de livre escolha da Mantenedora e com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos (Regimento Unificado, Artigos 15 e 16). A Administração das Unidades é exercida pelo Conselho

Departamental, Conselho Deliberativo dos Departamentos, Chefias dos Departamentos e Diretoria (Regimento Unificado, Art. 20).

A articulação entre as Unidades Escolares e a Mantenedora é assegurada pelos Conselhos Superiores com representação dos órgãos discentes, docentes e administrativos .

1.7.3. FORMA DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES E CHEFES DE DEPARTAMENTOS

O Conselho Departamental é um órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria didático-científica e administrativa, constituído pelos seguintes membros: Diretor Geral; Diretores das Unidades de Ensino, indicados pela Mantenedora; Chefes dos órgãos suplementares, que são órgãos vinculados à Administração Superior e se constituem nos seguintes: Biblioteca Central, Setor de Tecnologia de Ensino, Gabinete de Orientação e Associação Atlética; Chefes dos Departamentos escolhidos pelo Diretor Geral, para mandato de um ano, mediante lista tríplice organizada pelos membros dos Departamentos; um Professor de cada Unidade, eleito por seus pares; e um representante estudantil indicado na forma do Regimento (Regimento Unificado, Art. 23).

O Conselho Departamental, portanto, é constituído pelas Chefias dos Departamentos como núcleo central de sua estrutura, e os Departamentos são a menor unidade da estrutura das Unidades Escolares da Instituição Moura Lacerda (Regimento Unificado, Art. 24), para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de administração de pessoal docente. O Conselho Deliberativo do Departamento é constituído pelo Chefe do Departamento, por todos os Professores nele lotados e um representante estudantil (Regimento Unificado, Art. 26).

O processo de escolha dos Chefes de Departamentos é feito pelo Diretor Geral, mediante lista tríplice organizada pelos membros do Departamento (Regimento Unificado, Art. 28).

A Diretoria das Unidades é exercida pelo Diretor de Ensino, órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades didático-pedagógicas da

Unidade e designado pela Mantenedora, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, tendo a sua organização e funcionamento definidos em Regimento próprio (Regimento Unificado, Art. 31 a 34).

1.7.4. Quadro Atual dos Recursos Humanos .

Quanto aos recursos humanos de que dispõe a Instituição, são indicados os docentes, nos quadros nºs 17 e 19, por unidades escolares e por qualificação, respectivamente e na documentação complementar anexada à carta-consulta, o pessoal técnico-administrativo distribuído por função desempenhada.

2. Quanto aos Cursos

A Instituição Moura Lacerda, dentro da sua experiência e tradição no Ensino Superior na região onde atua, comprova a existência do número exigido de cursos nas áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e na área técnico-profissional, nos termos do artigo 5º da Resolução CFE nº 03/83, e de acordo com o detalhamento a seguir:

2.1. RELAÇÃO DOS CURSOS DE DURAÇÃO PLENA, RESPECTIVAS HABILITAÇÕES E ATOS DE RECONHECIMENTO

NAS ÁREAS FUNDAMENTAIS DOS CONHECIMENTOS HUMANOS

1. Curso de Letras (Licenciatura Plena)

Habilitações:

Português e Literatura da Língua Portuguesa

Português/Inglês e respectivas Literaturas

Português/Francês e respectivas Literaturas

Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.579/77, de 23 de maio de 1972.

Curso de Ciências (Licenciatura Plena)

Habilitação: Matemática

Reconhecimento: Decreto Federal nº 81.763/78, de 06 de junho de 1978.

MEC/CFE

PAR nº

PROC. nº

3. Curso de Geografia (Licenciatura Plena)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.579/72, de 23 de
maio de 1972
4. Curso de Ciências Sociais (Licenciatura Plena)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.579/72, de 23 de
maio de 1972.
5. Curso de história (Licenciatura Plena)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.579/72, de 23 de
de maio de 1972.

NAS ÁREAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

1. Curso de Pedagogia (Licenciatura Plena)
Habilitações:
Orientação Educacional de 1º e 2º Graus Administração
Escolar de 1º e 2º Graus Supervisão Escolar de 1º e 2º
Graus Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus Magistério das
Matérias Pedagógicas de 2º Grau Reconhecimento: Decreto
Federal nº 70.759/72* de 23 de
maio de 1972.
2. Curso de Administração (Bacharelado)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.078/72, de 31 de ja-
neiro de 1972.
3. Curso de Ciências Contábeis (Bacharelado)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 70.078/72, de 31 de ja-
neiro de 1972.
- A. Curso de Ciências Econômicas (Bacharelado)
Reconhecimento: Decreto Federal nº 29.293/51, de 21 de fe-
vereiro de 1951.
5. Curso de Educação Física (Licenciatura Plena) Habilitação:
Técnico de Desportos Reconhecimento: Decreto Federal nº
76.176/75, de 02 de setembro de 1975.

6. **Curso de Engenharia Civil** (Engenheiro Civil)

Reconhecimento: Decreto Federal nº 73.913/74, de 05 de **abril** de 1974.

7. **Curso de Arquitetura e Urbanismo** (Arquiteto)

Autorização: Decreto Federal nº 85.028/80, de 12 de agosto **de** 1980. **Reconhecimento:** Portaria Ministerial nº 173, de 07 de março de 1986.

Com base nos Cursos oferecidos e nas matérias integrantes dos seus currículos, foi elaborado um demonstrativo, referente à **Universidade** do Campo de Conhecimento, objeto do artigo 4º da Resolução CFE nº 03/83 (art. 11, alínea "e" da Lei nº 5540/68) e constituindo o anexo nº 02 deste parecer.

3. Quanto ao Projeto de Criação de Universidade

3.1 Concepção da Universidade

A Instituição Moura Lacerda concebe a futura Universidade dentro das mesmas ideias e princípios norteadores que a originaram, em 1923 e que lhe vem dando -sustentação. Prevê a Universidade como Instituição Educacional dotada de funções e objetivos próprios que a caracterizam, pensando-se, muito embora, numa Universidade pequena, comprometida essencialmente com a busca permanente da verdade.

As fls. 25 da Carta-Consulta contém os detalhes dessa concepção, ressaltando bem a intenção de fugir de um modelo de simples amontoado de faculdades acopladas umas às outras, e ao contrário, a partir da própria essência de sua vocação, procurar o inter-relacionamento e interdependência, de maneira a se transformarem e se completarem umas às outras.

As fls. 26, 27 e 28, estão indicados as funções e objetivos da Universidade, com ênfase para: a necessidade de Professores Universitários e, não meros Professores de Cursos, classes ou disciplinas; a profunda integração do Ensino e da Pesquisa; um caráter mais importante e eficaz para a Departamentalização.

Mais adiante, identifica as linhas básicas de ação e Metas Prioritárias, elegendo como áreas prioritárias de ação, a administração o

a Técnica, a Educação e a Saúde, na medida e proporção que conduzem o desenvolvimento integral da pessoa responsável e inserida numa comunidade definida e concreta.

3.2 Área de influencia

Segundo o que consta no Processo, a área de atuação da Universidade Moura Lacerda abrange duas realidades: uma local e outra regional.

A realidade local, compreende a cidade de Ribeirão Preto e as chamadas cidades satélites, intimamente relacionadas com a sede da 6ª Região Administrativa do Estado.

A realidade regional, compreende os 80 (oitenta) municípios da 6ª Região Administrativa, que praticamente se confunde com o 29º Distrito Geo-Educacional (29º DGE).

A Instituição Moura Lacerda consolidou na região uma área de influência que agora transfere para a Universidade Moura Lacerda, visualizando otimizar e ampliar sua interferência no processo de reformulação, nos programas administrativos públicos ou privados, na área da Saúde e da Educação. Inicialmente, sua atuação se prenderá à região nas cidades satélites mais próximas e que sofrem influencia direta de Ribeirão Preto. Todas essas cidades e municípios estão ligados à Ribeirão Preto, por vias asfaltadas, algumas de pistas duplas e com fácil acesso, rodoviário, particular ou coletivo.

Para a Instituição, entretanto, não se pode medir o campo de atuação de uma Universidade, a não ser pela rede de relações que se estabelece entre ela e os grupos humanos por ela atingidos na sua ação, especialmente nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, registra-se que a Instituição estando inserida em um espaço geográfico determinado, fica condicionada a nele prestar prioritariamente os seus serviços, não só pelos limites das distâncias, como pela intercomplementariedade de outras instituições semelhantes.

A região de atuação da Universidade pretendida, é limítrofe com a sul de Minas e Triângulo Mineiro, com influência no Mato Grosso do Sul e Sul de Goiás. Implantada no eixo São Paulo-Brasília, destaca-se como uma das maiores regiões do país na produção agropecuária, estando interligada à capital do Estado por via asfáltica dupla e às diversas outras como Bolo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e Brasília por via asfáltica simples e transportes aéreos.

Referida região foi a pioneira na produção de café do Estado e mesmo do País, fato que lhe mereceu grande projeção nacional e internacional. Com a derrocada do café a Região e o Estado sofreram uma grande reviravolta econômica e social que então determinou o início de uma nova era. A partir dos anos 50, houve profunda transformação em termos sociais e econômicos, devido ao grande desenvolvimento da cultura canavieira, intensificada posteriormente pela eleição do álcool como alternativa combustível do país. A partir daí, a cultura da cana-de-açúcar dominou na região, instalando-se cada vez mais a monocultura, gerando um processo de mudança social, com êxodo da população rural e conseqüente e desordenado crescimento da população urbana.

O quadro de n° 05 a seguir transcrito, evidencia a modernização da agricultura e o predomínio crescente da cultura da cana-de-açúcar, e que a produção agrícola da região assume proporções realmente importantes no contexto estadual.

QUADRO n° 05- PRODUÇÃO EM TONELADAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS DA REGIÃO NO ANO AGRÍCOLA DE 1.989/1.990

PRODUTOS	REGIÃO
Algodão	885.000,0 T
Amendoim	126.000,0 T
Arroz em Casca	96.000,0 T
Café	54.660,0 T
Cana-de-Açúcar	41.900.000,0 T
Milho	819.215,3 T
Soja	600.000,0 T
Laranja	11.700.000,0cxs

(Fonte: Dados do Instituto Maurílio Biagi da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto).

Excluídas as Regiões do Litoral e de Campinas, é a primeira em termos de Rendimento Bruto Total. Em termos populacionais, está abaixo de Campinas e evidentemente da Grande São Paulo, provavelmente com 2.212,4 habitantes em 1990. É a primeira região do Estado em produção agrícola, englobando a área industrial mais densa do Estado.

O polo de toda esta Região, a cidade de Ribeirão Preto, é a terceira do interior paulista em população, com 452.746 habitantes, aproximadamente Considerada a capital da 6ª Região, triplicou a sua população no período de 1950 a 1980.

Uma das características da população é ser predominantemente jovem, pois 34,44% corresponde à faixa dos 15 aos 19 anos, acima da mesma faixa no computo geral do Estado que atinge 31,47%.

A população estudantil, como consequência, segue a mesma dinâmica com influência direta da situação geral e regional do êxodo rural.

No que se refere ao atendimento satisfatório às necessidades locais do ensino de 1º e 2º graus, o Projeto destaca vários aspectos correspondentes ao referido atendimento tais como:

- Segundo as tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980 "18,42% da população encontra-se entre 7 e 14 anos faixa de educação constitucionalmente compulsória".;
- Conclusão, a partir desses números e da população hoje estimada para o Município de Ribeirão Preto (452.746) que, nele existem 83.395 jovens na faixa etária dos 07 aos 14 anos;
- .- Conforme dados da Delegacia de Ensino de Ribeirão Preto, foram inicialmente matriculados na rede escolar, em 1990, 82.776 estudantes, refletindo uma taxa de escolaridade da ordem de 99.11%;
- Tanto na zona urbana quanto na rural, há plena possibilidade de ainda maior atendimento, pois a média de alunos por classe existentes, é de 30 a 34;
- Atualmente as preocupações se voltam para a qualificação do ensino, aprimorando o 2º grau, que em matrículas iniciais, estima-se, ultrapassam hoje . 27.000 estudantes;
- Na hipótese de corrigir distorções, como o atendimento aos jovens fora da faixa etária constitucionalmente obrigatória, existe, as classes do supletivo;
- Num sentido mais qualitativo, as atenções se voltam para a Pré-Escola, o Jardim e o Maternal, hoje sendo mais servidos pela Secretaria Municipal de Educação e rede particular, embora em alguns casos, também pela rede estadual:

Por fim afirma-se que diante dos dados, o atendimento as necessidades locais de Ensino de 1º e 2º graus é plenamente satisfatório.

De outro, lado, ressalta-se que, Ribeirão Preto outrora cognominada de Capital do Café, hoje intitula-se Capital da Cultura, tal a sua dimensão cultural e sua área de influência. Como Capital de toda a região, é constantemente solicitada como prestadora de serviços técnicos, educacionais e de saúde.

Na Carta-Consulta, registra-se que não obstante todo esse desenvolvimento, vindo de longa data, incluindo a existência de várias Instituições de Ensino. "Superior, Ribeirão Preto precisa da Universidade Moura Lacerda, voltada para a sua problemática específica, para a comunidade local e regional, existindo muitos aspectos culturais por desenvolverem-se, muitas facetas do saber por construir-se e muita colaboração, oriunda das importantes características regionais para enriquecer os campos do saber e do conhecimento universais.

3.3. Espaço físico e recursos materiais

3.3.1. Condições atuais

As condições atuais de espaço físico e recursos materiais minuciosamente descritas na Carta-Consulta, estão a seguir transcritas.

Localização (concentrada em espaço físico e Campus)
A Instituição possui suas instalações localizadas em três áreas:

- a) Em Ribeirão Preto, no edifício sede à Rua Padre Euclides, 995, com área construída de 15.783,68m² em área de 10.836,00 m², onde funciona a sede administrativa, acadêmica e de ensino médio;
- b) Em Jaboticabal, na Faculdade de Educação Física, com área construída de 2.355,40 m² em área total de 20.113,05 m²;
- c) Em Ribeirão Preto, no Campus com área de 954.709,87 m² e área construída, na 1ª etapa, 14.645,00 m².

Descrição das instalações de administração geral

Descrição das instalações às atividades acadêmicas**Salas de aulas:**

. Na sede em Ribeirão Preto, o espaço ocupado com salas de aulas é de A.291,57 m², num total de 52 salas com capacidade total para 3.600 alunos por turno de funcionamento, abrigando, conseqüentemente até 10.000 alunos.

A Instituição Moura Lacerda é proprietária e mantenedora da Faculdade de Educação Física na vizinha cidade de Jaboticabal, a 60 Km. de Ribeirão Preto, cujo prédio tem as seguintes dependências e características:

Salas de aulas:

. Oito, com um total de 630 m², todas localizadas no 1º pavimento. **Salas especializadas e**

laboratórios: o Quatro, com 135m² cada, todas no pavimento térreo, em um total de 540 m².

Além dessas dependências a Faculdade conta com Biblioteca com 135 m², Secretaria e Expediente, Diretoria, Sala de Professores, Banheiros, etc. **Praça de Esportes:** constituída de: . Quadra coberta para jogos com vestiários e sanitários; . Piscina; . Campo de Futebol; • Arremesso de peso; . Salto em altura; . Arremesso de disco e martelo; . Salto com vara; . Salto em distância e triplo; . Pista de atletismo (120 m); . Sala para ginástica olímpica e rítmica; . Área livre e playground,

Laboratórios:

A Instituição conta atualmente, com 13 laboratórios devidamente equipados ocupando uma área de 1.346,01m².

Além dos laboratórios existe uma oficina de maquetes, do curso de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento.



QUADRO Nº06- DEMONSTRATIVO DOS LABORATÓRIOS COM AS RESPECTIVAS ÁREAS

DENOMINAÇÃO	ÁREA (m ²)
01. Laboratório de Física I e II	152,80
02. Laboratório de Química I e II	152,80
03. Laboratório de Hidráulica	179,54
04. Laboratório de Mecânica dos Solos	70,67
05. Laboratório de Materiais de Construção Civil	46,70
06. Laboratório de Eletrotecnica	70,67
07. Laboratório de Eletrônica	70,67
08. Laboratório de Saneamento Básico	46,70
09. Laboratório de Fotomicrografia ..	20,00
10 Laboratório Fotográfico	24,00
11 Laboratório de Topografia	28,00
12 Laboratório de Biologia	70,67
13 Laboratório de Geologia	70,67
14 Almojarifado	206,49
TOTAL	I 1.210,38

Centro de Processamento de Dados**a) Composição:**

- . 02 Computadores COBRA-400;
- . 01 Computador COBRA-530; .
- 01 Computador SID-SMX-300; .
- 02 Computadores SID-502; . 02
- Computadores COBRA-200.

b) Serviços prestados:

Na Instituição:

- . Toda a Contabilidade;
- . Controle completo de dados do corpo discente: vestibular, matrículas, notas, carnes de pagamento, etc; .
- Pagamento de Pessoal; .
- Controle Financeiro; .
- Administração Geral.

Circuito Fechado de Televisão

- a) O Circuito Fechado de Televisão está em pleno funcionamento e totalmente equipado, dotado de ligações com capacidade de transmissão e recepção em todas as salas de aulas e outras dependências da Escola;
- b) Ha um projeto, em fase final de estudos, para a montagem de audiovisuais que objetivam, além da informação, também a racionalização de algumas aulas, por exemplo, aulas iniciais de laboratórios, etc.

Biblioteca

. Espaço Físico:

A Biblioteca da Instituição registrada no - CRB/CNU-073, e inscrita no INL sob o número 16.751-4.

Atualmente, os espaços destinados à Biblioteca estio distribuídos em três áreas: duas em Ribeirão Preto e uma em Jaboticabal.

Em Ribeirão Preto a Biblioteca ocupa uma área total de 367 m² assim distribuídos:

. Área à disposição do público usuário - 150 m²;

. Área destinada à armazenagem do acervo, catálogo e circulação - 130 m²;

. Área ocupada pela administração e processamento

técnico - 87 m²;

Total 367 m². No Campus, para atendimento da Escola de 1º e 2º graus, uma área de 120m².

Em fase de acabamento novas, instalações em uma área total de 700 m²,

Em Jaboticabal a Biblioteca ocupa uma área de 135m².

QUADRO Nº 07 - DEMONSTRATIVO GERAL DO **ACERVO** BIBLIOGRÁFICO DA
BIBLIOTECA CENTRAL, INCLUINDO O ACERVO DE JABOTICABAL

ÁREAS	TÍTULOS	EXEMPLARES
000 - Generalidades	1.152	2.324
100 - Filosofia	1.406	2.384
200 - Religião	289	486
300 - Ciências Sociais	6.333	12.703
400 - Linguística	1.407	2.016
500 - Ciências Puras	2.212	4.455
600 - Ciências Aplicadas	4.425	7.401
700 - Artes e Divertimentos	2.341	3.914
800 - Literatura	4.721	5.967

QUADRO Nº 08 - DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS PERIÓDICOS,
POR FORMA DE AQUISIÇÃO E FONTE DE ORIGEM, EM MARÇO DE 1990

900 - História» Geografia, Biografia	1.667	2.530
TOTAL	25.953	44.260

FORMA DE AQUISIÇÃO	FONTES	TÍTULOS	EXEMPLARES
Assinaturas Correntes	Nacionais	24	678
	Estrangeiras	17	119
Doações	Nacionais	267	1.298
	Estrangeiras	19	134

Total de Assinaturas do Arquivo = 1.129

Total de Assinaturas Correntes = 327

QUADRO Nº 09 - DEMONSTRATIVO GERAL DOS PERIÓDICOS DA BIBLIOTECA
CENTRAL, POR ÁREAS, TÍTULOS E **EXEMPLARES**, EM MARÇO DE 1990

ÁREAS	TÍTULOS	EXEMPLARES
000 - Generalidades	46	440
100 - Filosofia	4	7
200 - Religião	-	
300 - Ciências Sociais	102	518
400 - Linguística	1	1
500 - Ciências Puras	16	68
600 - Ciências Aplicadas	113	888
700 - Artes e Divertimentos	34	219
800 - Literatura	3	27
900 - História, Geografia, Biografia	8	61
TOTAL	327	2.220

. **Equipamentos**

A Biblioteca Central conta hoje com qs seguintes equipamentos:

a) Na Seção de Processamento bibliografico

- . 04 máquinas datilográficas;
- 01 mini-graph mod. 120.01
- máquina xerov mod. 1.045;
- 04 mesas;
- . 01 estante com 10 -prateleiras para livros não processados;
- 10 estantes com 04 prateleiras;
- . 17 estantes com 10 prateleiras para arquivo morto.

b) No Acervo:

- . 12 estantes duplas com 06 prateleiras cada;
- . 21 estantes simples;
- . 09 estantes com 05 prateleiras para periódicos;
- . 02 Kardex para periódicos;
- . 01 arquivo para Catálogo Dicionário;
- . 01 balcão com 135 repartições para guarda--volumes;
- . 120 mesas fórmicas;
- . 120 cadeiras fórmicas;
- . 27 quadros decorativos;
- . 02 extintores de incêndio.

Funcionários

A Biblioteca Central conta, atualmente, com 02 bibliotecários, 03 auxiliares universitários e 01 auxiliar de 1º Grau.

. **Horários de Funcionamento:**

De 2ª a 6ª: das 08:00 às 12:00 horas
das 13:30 às 17:30 horas
das 19:00 às 23:30 horas
Aos sábados: das 08:00 às 12:00 horas
das 13:00 às 17 00 horas

- **Microfilmagem**

Possui um laboratório completo de microfilmagem que, atualmente, não está sendo utilizado para a Biblioteca. É utilizado a serviço da Escola, especialmente na documentação escolar. Pretende-se utilizá-lo a serviço da Biblioteca, no que for possível e útil, após a implantação do Sistema de Processamento.

EM JABOTICABAL:

- . No edifício recentemente inaugurado da Faculdade de Educação Física, em Jaboticabal, a Biblioteca ocupa o espaço físico de 135 m² o seu acervo conta com 7.200 exemplares.

Como ilustração, às fls. 37.1 a 37,12, encontram-se "croqui" e "lay out" das instalações e às fls. 40, organograma da Biblioteca.

3.3.2. Plano de Expansão para os próximos cinco anos

- . **Do Espaço Físico da Biblioteca:**

A Instituição, sentindo a necessidade de ampliar o espaço físico da Biblioteca, adquiriu prédio situado na Rua João Ramalho, 508, próximo à sede, e procedeu às reformas e adaptações pertinentes para que a Biblioteca nele funcione a partir do 2º semestre deste ano. Com esta expansão física da Biblioteca, praticamente triplica, passando para 955 m².

- . **Do Espaço Físico dos Laboratórios:**

A Instituição possui todas as condições e áreas para ampliar o espaço físico dos laboratórios, na área do Campus, caso seja necessário.

- . **Da Expansão do Acervo da Biblioteca:**

A expansão do acervo bibliográfico e de periódico nos próximos cinco anos será feita a partir dos valores destinados para este fim que se consubstanciam em 1,8% da Receita anual.

- . **Previsão do aumento de periódicos no próximo quinquênio:**

Uma das seções da Biblioteca que necessita de mais atenção é exatamente a dos periódicos, hoje um tanto descuidada. Também esta seção passa por uma reestruturação total e já se previu um aumento de títulos no próximo quinquênio.

No quadro n° 24 contido às fls. 72 da carta-consulta, estão previstos recursos para despesas, no período 1990/1994, com construção ou readaptação de prédios, aquisição de móveis e utensílios, Instalações, equipamentos e de materiais bibliográficos.

3.4 • O Alunado ,

3.4.1 O Alunado Atual

O quadro n° 10 da Carta-consulta, dá o demonstrativo de vagas, inscritos nos Vestibulares e de novas matrículas no período de 1987 a 1990, observando-se que houve crescimento a cada ano, no número de inscritos e de matriculados, conforme resumo a seguir:

<u>TOTALIZAÇÃO</u>		1.987	1.988	1.989	1.990
Resumo	Vagas	1.380	1.380	1.380	1.380
	Inscritos	1.240	3.556	3.737	3.930
	Matriculados	922	956	1.004	1.086

O quadro n° 12, indica a relação candidatos/vagas no período de 1988 a 1990 apresentando-se baixa para as licenciaturas e para o Curso de Engenharia Civil/Habilitação Sanitária e Produção Civil. Ressalte-se no entanto, que os valores médios abaixo do 01 (hum), somente correspondem aos Cursos de Ciências Sociais, Geografia e Educação. Física e que todos estes valores considerados como baixos, estão na mesma proporção verificada para o país como um todo.

O Demonstrativo do total de alunos matriculados no período de 1987/1990, está contido no quadro n° 13, observando-se crescimento progressivo, a exemplo do ocorrido em relação ao número de inscritos e de novas matrículas, registrado no quadro n° 10.

O total de concluintes no período de 1987 a 1989, encontra-se no quadro n° 14, observando-se, embora não muito significativos, valores decrescentes, decréscimo este as custas principalmente dos cursos de Ciências Sociais, de Geografia e de História.

A Instituição realiza os concursos vestibulares, semestralmente, e a procedência dos inscritos no período de 1988 a 1990, está demonstrada nas informações complementares anexadas ao processo. De acordo com o demonstrativo, 63,1% procedem da cidade de Ribeirão Preto e 36,9% , da Região, ou seja, 6ª Região Administrativa do Estado.

3.4.2 Plano de expansão de vagas e projeção do alunado para os próximos cinco anos.

Caso tenha a Universidade reconhecida, não tenciona a Instituição criar novos Cursos nestes primeiros anos, mas sim adequar melhor os já existentes, dentro de uma preocupação maior que é solidificar a própria estrutura universitária.

Nessa ordem de ideias, a Instituição pretende, após a implantação de habilitações inexistentes nos atuais Cursos, desenvolver novos Cursos, na forma a seguir transcrita:

A - Área de Ciências Sociais Aplicadas

- a) O Curso de Administração, juntamente com o Curso de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, formam um conjunto de cursos onde a Instituição tem maior experiência e tradição. Nessa área pode-se complementar **com** as habilitações em Administração Hospitalar e Comércio Exterior.
- b) O Curso de Pedagogia encontra-se em fase de carência, devido ao mercado de trabalho saturado. Entretanto, a Região e, talvez o interior paulista, carece de especialistas em Educação de excepcionais. Poderemos enriquecer o curso com as habilitações em Educação de Excepcionais - Educação em Deficientes da Audiocomunicação e Supervisão de Ensino nas Empresas.

B) - Área de Letras

- a) Para complementar a área, pretendemos, oportunamente, instalar as habilitações em Intérprete e Tradutor, inexistentes no interior paulista.

C - Área de Ciências Exatas e Naturais e Tecnologia

- a) Complementando o leque de opções pretendemos implantar os Cursos de Ciências da computação. Poderemos ainda implantar as habilitações em Física, Química e Biologia.

D - Área de Educação Física

- a) Hoje com o Curso de Educação Física, poderá ser complementada com os cursos de Terapia Ocupacional, Ortóptica e Fonoaudiologia.

E - Área de Artes, Arquitetura e Urbanismo

- a) Intencionamos complementar o Curso de Arquitetura e Urbanismo com o Curso de Decoração."

Quanto à projeção do alunado para os próximos cinco anos, to mando como base a opção de não criar de imediato novos Cursos nos primeiros anos e por outro lado considerando a situação económica e financeira que atinge a população em geral, julga a Instituição que qual-quer previsão nesse campo seria hipotética.

Contudo, é sua intenção, sem mudar os rumos e princípios que a vem norteando, perseguir um aumento anual da ordem de 6% no mínimo e máximo de 10% ao ano.

1.5 Corpo Docente

A Carta-Consulta apresenta normas e critérios para ingresso e pro



gressão nas diversas categorias do Magistério, / consubstanciadas na Resolução nº 01/90 da Instituição, às fls. 48 a 53, que dispõe sobre:

- A carreira do Magistério Superior da Instituição Moura Lacerda
- As" atividades de Magistério Superior
- A constituição do corpo docente e sua remuneração
- O regime de trabalho-
- O afastamento

O quadro nº 17, às fls. 54, apresenta a distribuição do Corpo Docente atual por Unidade Escolar e por qualificação. Segundo esclarecimentos prestados, pela Instituição em atendimento à despacho interlocutório, os docentes indicados como Auxiliares de Ensino, somente desempenham atividades de magistério sob a supervisão dos demais professores e de acordo com os itens IV e V do artigo 25 das Disposições Gerais e Transitórias da citada Resolução ' 01/90, tem o prazo máximo de 02 (dois) anos para apresentar curso de especialização ou aperfeiçoamento e de 04 (quatro) anos, com prorrogação de no máximo mais 02 (dois)" anos para apresentação do título de Mestre.

O quadro nº 18, indica o regime de trabalho do atual corpo docente.

QUADRO Nº 18 - REGIME DE TRABALHO DO ATUAL CORPO DOCENTE 1º SEMESTRE DE 1990				
REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES	% NO 1º SEMESTRE	METAS P/ O 2º SEMESTRE	
			NÚMERO	%
Hora/aula	32	22,37	20	13,99
Tempo Parcial 12h.	40	27,98	40	27,98
Tempo Parcial 20h.	46	32,16	58	40,54
Tempo Integral 40h.	25	17,49	25	17,49
TOTAL	143	100,0	143	100,0

MEC/CFE

PARECER Nº

PROC. Nº

O quadro nº 19 expressa em percentual a qualificação do corpo docente atual.

QUADRO Nº 19- QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE ATUAL		
1º SEMESTRE DE 1990		
TITULAÇÃO	Nº DE DOCENTES	PERCENTAGEM
Auxiliares de Ensino		17,48
Graduação com Parecer do C.F.E.	31	21,68
Pós-Graduação e Especialização	38	26,58
Cursando Mestrado	08	5,60
Mestrado	20	13,98
Cursando Doutorado	06	4,20
Doutorado	15	10,48
TOTAL	143	100,0

O quadro de nº 20, demonstra os vencimentos do corpo docente e acordo com a carreira do magistério e regime de trabalho.

QUADRO Nº20- VENCIMENTOS DO CORPO DOCENTE DE ACORDO COM A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E REGIME DE TRABALHO

CLASSES	REFE- RÊN- CIAS	HORA-AULA	TEMPO PARCIAL		TEMPO INTEGRAL
			12 HORAS	20 HORAS	40 HORAS
Graduado A Especialização	1	Piso-Salarial	-	-	-
	2	235,15	14.814,45	24.690,75	49.381,50
	3	246,21	15.511,23	25.852,05	51.704,10
	4	279,36	17.599,68	29.332,80	56.665,60
B Parecer	1	289,38	18.230,94	30.384,90	60.769,80
	2	299,41	18.862,83	31.438,05	62.876,10
	3	309,44	19.494,72	32.491,20	64.982,40
	4	320,25	20.175,75	33.626,25	67.252,50
C Mestre	1	334,34	21.063,42	35.105,70	70.211,40
	2	348,43	21.951,09	36.585,15	73.170,30
	3	362,52	22.838,76	38.064,60	76.129,20
	4	376,65	23.728,95	39.548,25	79.096,50
D Doutor	1	394,65	24.862,95	41.438,25	82.876,50
	2	412,69	25.999,47	43.332,45	86.664,90
	3	430,66	27.131,588	45.219,30	90.438,60
	4	448,77	28.272,71	47.120,85	94.241,70

Observação: Valores previstos para pagamento em março de 1990, recebimento em abril.

No que se refere à recursos para a qualificação de docentes, julga a Instituição, que torna-se muito hipotético e, na prática, realmente difícil quantificar o número de docentes destinados a melhor qualificação e aperfeiçoamento. Daí, parecer-lhe mais lógico e concreto, estabelecer em termos de percentagem da Receita, o que se destina a esse fim, verificando-se no Demonstrativo Plurianual, 1,5% da Receita, previstos para o aperfeiçoamento do Corpo Docente, que em 1990 representa a cifra de 2.139.

3.6. Atividades. Acadêmicas

3.6.1 Situação Atual

•A Instituição Moura Lacerda, afirma que não pode falar em tradição no campo da pesquisa, de vez-que não teve, até o momento, nenhum programa de pesquisa desenvolvido e de tal monta, que realmente merecesse essa qualificação.

Dentro de outra conotação, falando em experiências em pesquisa, às fls. 57 a 59 encontra-se no quadro nº 21 relação de pesquisas destinadas à defesa de tese de seus professores, por tipo, autor e ano de realização, num total de 38, entre os anos de 1970 a 1990.

Já no Campo da Extensão; a Instituição, julga-manter uma certa tradição, apresentando no quadro nº 22, resumo das, atividades de extensão, por área, Professor e ano de realização, a partir de 1971, e às fls. 35 a 37, indicando a oferta de seus serviços especializados à Comunidade local e regional através:

- a) do laboratório de Materiais de Construção, para controle tecnológico de concreto e aço.
- b) do laboratório de Mecânica dos Solos, no que se refere à análise de compactação de solos.
- c) do Centro de Processamento de Dados, por meio de Contratos com diversas Firmas, para Processamento e Desenvolvimento de Sistemas.
- d) do Circuito Fechado de Televisão, pela montagem de gravações, com a finalidade específica da preparação de pessoal, visando o seu treinamento para a aplicação das novas técnicas implantadas na cultura da cana-de-açúcar, e a



é a partir daí, atendimento a outros setores com utilização de eficiência técnica e científica.

Quanto à Produção Científica e Cultural, considera a Entidade, ser ainda incipiente, fundamentando-se em trabalhos publicados pelos professores através da Editora Moura Lacerda, de Editoras da Cidade e algumas do exterior, conforme quadro nº 23. Referido quadro indica por autor, título, ano, Editora e assunto, a produção científica referente à livros - texto e à resultados de pesquisas realizadas na própria Instituição.

3.6 .2. Plano de expansão para os próximos cinco anos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão

Segundo o que consta na Carta-Consulta, a expansão no plano de Ensino, far-se-á alicerçada na tradição que considera ter, na experiência adquirida, auscultando sempre a vontade política da comunidade de universitária e extra-universitária.

Em termos genéricos, pretende-se:

- "a) Melhor adequação dos recursos humanos e materiais de que já dispomos, objetivando uma atuação pedagógica mais realista e eficaz de ação na sociedade local e regional.
- b) Dedicar o maior esforço possível no campo da pesquisa aplicada;
- c) Iniciar e realmente implantar a pesquisa pura em áreas a serem escolhidas;
- d) Intensificar o trabalho de Extensão, levando à comunidade os frutos da pesquisa aplicada, os resultados do estudo técnico-profissional, bem como, através dos serviços laboratoriais, continuar proporcionando à comunidade os serviços que já vem prestando."

Como já referido no item 3.4.2 a instituição pretende implantar novas habilitações nos atuais cursos e posteriormente desenvolver novos cursos na forma ali transcrita.

No Plano da Pesquisa a " Universidade Moura Lacerda procurará criar as condições para incentivar e desenvolver a pesquisa aplicada, e, à medida em que se consolide o setor, criar iniciativas e ações para o desenvolvimento da pesquisa básica nas áreas fundamentais dos conhecimentos humanos.

A Instituição entende a Pesquisa como função fundamental ao seu processo de amadurecimento e consecução dos seus objetivos, e, nesta linha procurará no primeiro quinquênio, montar as bases para o seu incremento.

No Plano de Extensão, esta é entendida também como função básica da Universidade, juntamente com o Ensino e a Pesquisa, considerando-a como agente responsável pela continuidade do processo educativo para além das suas fronteiras.

Assim é que são apresentadas às fls 69 a 71, algumas metas para o desenvolvimento da extensão visando:

- a orientação .profissional, estágio, mercado de trabalho;
- ações específicas nas áreas de Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Administração, Educação Física, Artes, Ciência e Tecnologia.
- aumento dos serviços de áudio-visuais para vídeo-cassetes, etc, já iniciados com o preparo de pequenos filmes de formação profissional, principalmente relacionados á industria local e regional.

Para a expansão da pesquisa e da extensão, encontram-se previstos recursos no Planejamento Plurianual . Financeiro, na ordem de 1,2% da Receita Anual, que no ano de 1990, representa 1.711 (em 1.000,00) .

3.7. Situação Econômico-Financeira

A situação atual das Unidades de Ensino encontra-se devidamente demonstrada no item 1.5, onde também está indicada a informação técnica, anexo nº 01 deste parecer, correspondente á matéria.

No que se refere ao planejamento Econômico-Financeiro Plurianual, com base nas receitas e despesas dos últimos cinco anos (1985 a 1989), a Instituição projetou o quadro de receitas e despesas para o próximo quinquênio (1990/1994).

Para se alcançar um índice, o mais realista possível, den

tro das probabilidades a que se restringe toda projeção dessa ordem, é considerando ainda a instabilidade da moeda brasileira, procurou a Entidade, elaborar o planejamento dando mais ênfase às percentagens destinadas a cada item, mais que aos números propriamente ditos, encontrando-se o quadro de Previsão de Receitas e Despesas, às fls 72 do Processo.

3.8, Modelo Organizacional .

3.8.1 A Estrutura atual das unidades de ensino já foi bem demonstrada no item 1.7.

3.8.2 Modelo organizacional da Universidade proposta . .

A Universidade Moura Lacerda - U.M.L - se estruturará' juridicamente como Instituição Particular de Ensino Superior, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, mantida pela Instituição Moura Lacerda.

Constituída sob a forma de Associação, se auto-mantendrá com base em seu patrimônio e nos serviços que prestará, e gozará de autonomia administrativa, didático-científica, financeira e disciplinar, exercidas, na forma da lei, de seus Estatutos e Regimento Geral e dos Regimentos específicos de suas unidades, órgãos e serviços.

Com respeito aos fins da Universidade, destaca-se:

- I - Era consonância com a sua concepção e vocação, a **Universidade Moura Lacerda** terá por objetivo primeiro a busca da verdade através do cultivo do saber em suas diferentes formas e vertentes, de modo desinteressado e sem amarras acentuadamente utilitaristas ou pragmáticas.
- II - Promover e desenvolver a consciência social, da comunidade local e regional, através dos serviços que se fizerem necessários, objetivando prioritariamente a educação.
- III - Procurar promover estudos e pesquisas nos domínios das ciências e da técnica e das atividades públicas e privadas.
- IV - Promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoas para empreendimentos públicos e privados.

- V - Constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos, projetos e experiências realizadas.
- VI - Colaborar no planejamento global setorial e na motivação para a organização de serviços ou empreendimentos prestando-lhes a assistência técnica indispensável e necessária.
- VII - Assessorar os governos municipais, as atividades sócio-culturais e as organizações empresariais no planejamento e execução de projetos específicos.

. Informa-se que a Universidade Moura Lacerda, realizará suas funções essenciais de ensino, pesquisa e extensão, de maneira integrada, organizada com base nos princípios fundamentais de unidade de patrimônio e de administração, aplicando os recursos de que será depositária à base da clara definição de objetivos através de programas específicos, quer sob a forma de atividade com caráter de continuidade, quer sob a forma de projetos conjunturais.

Em sua Carta-Consultã, a Instituição destaca que a implantação do seu Regimento Unificado, a partir de 1981, oportunizou a consolidação do relacionamento entre Mantenedora e a Mantida, bem como a presença dos Departamentos e seu Conselho Departamental, como instâncias de decisão relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e administração. Considera que após esta fase, constatou-se um amadurecimento de toda a Instituição, proporcionando condições para aperfeiçoamento de sua organização, com novas propostas.

No organograma proposto para a Universidade Moura Lacerda, a administração será constituída dos seguintes órgãos:

. **Órgão Deliberativo Superior**, constituído pelo:

- Conselho Universitário
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

. **Órgão Executivo Superior**:

- Reitoria
- Vice-Reitoria de Ensino de Graduação
- Vice-Reitoria de Projetos Científicos e Pós-Graduação.

- . Unidades Intermediárias:
 - Áreas que congregam Departamentos
- . Menores Unidades Operativas:
 - Departamentos
- . Órgãos Complementares:
 - Chefia de Gabinete
 - Superintendência da Administração Geral
 - Secretaria Geral

Orgaos Suplementares

- Os órgãos suplementares, de natureza técnica cultural recreativa e de assistência ao estudante vinculados à Administração Superior, sem lotação própria do pessoal docente, colaborarão no ensino e na pesquisa e terão seu funcionamento disciplinado em Regimento próprio, apreciado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovado pela Reitoria. São órgãos suplementares vinculados à Administração Superior:
 - Biblioteca Central;
 - Setor de Tecnologia de Ensino;
 - Gabinete de Orientação;
 - Associação Atlética Desportiva.

Quanto à organização didático-científica encontram-se anexadas à Carta-Consulta, em forma de propostas, o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade pretendida, nos quais encontram-se delineados em seus diversos títulos, capítulos e artigos, entre outros aspectos, a organização dos Cursos e suas Coordenações.

Outras Informações

Em atendimento à despacho interlocutório, a Instituição anexou documentação complementar, para maiores esclarecimentos de diversos aspectos, a seguir discriminada:

- Propostas de Estatuto e Regimento da Universidade pretendida;
- Ata nº 52 da Assembleia Geral Ordinária da Mantenedora da Instituição Moura Lacerda, referente à reformulação dos Estatutos ;



- Regimento Unificado das Unidades Escolares acompanha do de alteração aprovada pelo Parecer CFE 441/-90
- Correções nas folhas" da Carta-Consulta, nºs 18, 20, 23, 38, 41, 48 49, 50, 59, 65, 68, 74, 75, 76;
- Relação de funcionários por seção;
- Relação de procedência dos inscritos nos Concursos Vestibulares;
- Quadros de turno de funcionamento e número de vestibulares e vagas;
- Demonstração do Balanço Geral e da Receita e Despesas em 31/12/89.

Julga-se importante informar que a Instituição atende a Pré-Escola, e à nível de 2º Grau, ministra atualmente: ' Deliberação , 1º Básico, Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado, Técnico em Química, Técnico em Eletrônica, Magistério e Processamento de Dados.

Vale ressaltar que estes cursos se constituem em campos de estágio para os alunos do 3º Grau. • ' '

CONCLUSÕES

Com base na análise de todos os itens da Carta-Consulta, se conclui que a Instituição Moura Lacerda:

1. Atende aos requisitos fixados no artigo 3º da Resolução CFE n2 03/83.
2. De acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º da Resolução CFE n2 03/83, comprova a universalidade do campo do conhecimento e o atendimento do número exigido de Cursos nas áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e nas áreas técnico-profissionais.

3. Atendendo às disposições da Resolução CFE nº 03/83 e da Portaria CFE nº 11/83, apresenta:
- 3.1. dados completos de identificação
 - 3.2. descrição da condição jurídica
 - 3.3. informações detalhadas relativas à Dirigentes e Sócios Titulares.
 - 3.4. regularidade fiscal e parafiscal
 - 3.5. bom índice de liquidez geral, grau de endividamento em relação ao ativo total, positivo do ponto de vista económico-financeiro da Instituição; grau de imobilização em relação ao ativo total com variação de 0,74 a 0,55 no período analisado; património líquido e ativo permanente com crescimento médio em torno de 125% e 115% respectivamente, no triénio 1986 1988; percentual de despesa com pessoal docente e administrativo em relação à receita total, proporcionalmente bem distribuído entre as duas categorias e dentro dos padrões do setor educacional; superavit médio, no triênio 1986/88, em torno de 5% em relação à receita total; despesa com investimento no período analisado, em torno de 2% da receita total bens imóveis da Mantenedora avaliados em CR\$ 554.300.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) a preços de março de 1990, demonstrando que a situação patrimonial da Instituição é consistente.
 - 3.6. Qualificação para a área acadêmica:
 - 3.6.1. pela tradição e experiência na Manutenção de Estabelecimento de Ensino Superior, há mais de meio século, com indicação dos atos legais referentes ao reconhecimento de todos os seus cursos;
 - 3.6.2. pela forma de relacionamento com as Unidades de Ensino e de escolha de seus dirigentes, já estando em pleno funcionamento órgãos deliberativos tais como Conselho das Unidades Escolares, Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, Conselho Departamental e Conselho Deliberativo dos Departamentos, evidenciando uma organização institucional, que vem amadurecendo desde 1981;



MEC/CFEPARECER NºPROC. Nº

- 3.6.3. pelo quadro de recursos humanos correspondente à docentes, pessoal técnico e administrativo, ressaltando-se: as normas e critérios para ingresso e progressão nas diversas categorias de Magistério, regulamentadas pela Resolução nº 01/90 da Diretoria Geral; os percentuais de professores, mestres e mestrados, doutores e doutorandos, e a razoável remuneração e regime de trabalho dos docentes também regulamentados pela citada Resolução;
- 3.6.4. pelas excelentes condições de espaço físico e de recursos materiais com grande destaque para os Laboratórios, Centro de Processamento de Dados, Circuito Fechado de Televisão e Praça de Esportes;
- 3.6.5. pela oferta de cursos à comunidade,, incluindo os de pós graduação "lato-sensu", nas áreas de Ciências Exatas, Naturais e Tecnologia, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Artes ;
- 3.6.6. pela prestação de serviços a terceiros, numa forma de atendimento técnico especializado à comunidade;
- 3.7. Projeto de Criação da Universidade Moura Lacerda, elaborado com uma visão bem realista e caracterizado:
- 3.7.1. pela concepção da Universidade, que se constitui de um conjunto de ideias e princípios norteadores da Instituição, desde suas origens em 1923.
- 3.7.2. pelo fato de não pleitear de imediato a criação de novos cursos é sim consolidar e adequar melhor os já existentes, com apresentação de um plano de expansão coerente com seus objetivos, através da indicação de habilitações que complementem os Cursos e no caso de novos implantação daqueles que guardem afinidade com os que vem funcionando.
- 3.7.3. pela escolha das áreas prioritárias de ação, a saber, a Administração e a Técnica, a Educação e a Saúde.
- 3.7.4. pela identificação da área de influência, salientando com precisão, os aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais.
- 3.7.5. pelo compromisso de ampliar o seu acervo bibliográfico, em decorrência da plena consciência de que o mesmo está aquém do ideal, não preenchendo totalmente às necessidades de informações da comunidade universitária.



- a necessidade de, quando da adequação dos cursos em funcionamento, procurar minimizar os efeitos de fatores externos políticos e sócio-econômicos sobre as licenciaturas, não extinguindo-se, e sim integrar-se com a Comunidade no sentido de valorizar o professor, aumentando assim o interesse e a capacitação dos que se candidatam a ingressar na Instituição;
- o cumprimento do compromisso assumido quanto ao aumento do acervo da biblioteca;
- a importância da elaboração de convênios com Instituições financiadoras de Pesquisas e Pós-Graduação, como a CAPES, CNPq, FAPESP, objetivando o desenvolvimento de Programas de Pesquisas e a qualificação dos docentes;
- a reflexão que deve ser feita quanto à pesquisa aplicada e pesquisa básica, não considerando-as como atividades isoladas, desenvolvidas em momentos diferentes, e sim como atividades que podem ser altamente interrelacionadas e até interdependentes.

Pelo fato da Instituição ter anexado a seu projeto de Carta-Consulta, o Estatuto e o Regimento, em forma de propostas, para a Universidade pretendida, a Comissão já os tem à sua disposição, para apreciação, discussão e orientação, durante a fase de acompanhamento.

II - VOTO DA RELATORA

Diante do exposto, tendo sido atendidas plenamente as exigências formais de toda a legislação vigente, vota a relatora a favor da acolhida da Carta-Consulta apresentada pela Instituição Moura Lacerda, visando a criação da Universidade Moura Lacerda - U.M.L. - pela via do reconhecimento. Fica estabelecido o prazo mínimo de 02

Caso acolhida a presente carta consulta, a Comissão de Acompanhamento, a ser constituída na forma da legislação vigente, na linha de assessoramento e orientação.

Ver Versão Conselho

Instituição: Moura Lacerda
Processo: 23001.0001313/90-24

Situação Econômico-Financeira da Mantenedora

A análise feita dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultados, do triênio 1986/88, permite fazer as seguintes observações:

- a) Índice de Liquidez Geral - apresenta variação de 1,70 a 1,23, no triênio de 1986/88, o que é bom do ponto de vista financeiro da mantenedora. Apresentou um decréscimo médio no período em torno de 17%.
- b) Grau de Endividamento em relação ao Ativo Total - apresenta variação de 0,11 a 0,37, no triênio observado, o que é positivo do ponto de vista econômico-financeiro da Instituição. Apresentou um crescimento em torno de 8 3% no período-
- c) Grau de Imobilização em relação ao Ativo Total - apresenta variação de 0,74 a 0,55, no período analisado, o que é considerado um pouco abaixo do ideal para os padrões do setor educacional.
- d) O patrimônio Líquido e o Ativo Permanente sofreram um crescimento médio em torno de 125 e 115, respectivamente, no triênio 1986/ 88.
- e) Anuidades (1º, 2º e 3º Graus), taxas fundo educacional, etc são as fontes de receita. As anuidades ficaram em torno de 21% da receita total, no triênio analisado. A receita apresenta um decréscimo médio em torno de 12% no período.
- e) O gasto com o pessoal docente e administrativo ficou em torno de 71% em relação à receita total. Está proporcionalmente bem distribuído entre as duas categorias e dentro dos padrões do setor educacional. A despesa decresceu em torno de 17% no período.
- g) Observa-se um superavit médio, no triênio 1986/88, em torno de 5% em relação à receita total.
- h) A despesa com investimento, no período, ficou em torno de 2% da receita total.

OBS: Os itens acima descritos demonstram que a situação econômico-financeira da mantenedora pode ser considerada positiva.

Laudo de Avaliação

Conforme Laudo de Avaliação constante no processo, os Bens Imóveis da Mantenedora foram avaliados em CR\$ 554.300.000,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), a preços de março de 1990. Atualizando este valor a preços de agosto de 1990, passa ser de CR\$ 1.000.154.899,98 (Um bilhão, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros e noventa e oito centavos), o que demonstra que a situação patrimonial da Instituição é consistente.

Previsão Econômico-Financeira

A Instituição apresenta a previsão econômico-financeira referente ao período de 1990/94 da qual cabe destacar os seguintes indicadores:

- a) As anuidades ficaram em media em torno de 93,90% em relação à receita total.
- • b) A Despesa com o pessoal docente e administrativo ficou em

torno de 70% em relação à receita total.

c) Os gastos com investimento ficaram em torno de 12,8% em relação à receita total.

d) Observa-se um superavit médio em torno de 10% em relação à receita total.

INTERESSADO: INSTITUIÇÃO MOURA LACERDA - I.M.L - SP

ASSUNTO : Carta-Consulta/Criação da Universidade Moura Lacerda por via do Reconhecimento. Universalidade do campo do Conhecimento, artigo 4º/Resolução CFE nº 03/83.

PROCESSO : 23001.000435/90-24

CURSOS/HABILITAÇÕES	Ciências Matemáticas	Ciências Físicas	Ciências Químicas	Ciências Biológicas	Geociências	Ciências Humanas	Filosofia	Letras	Artes
Letras-Licenciatura Plena • Português • Português/Inglês • Português/Francês	X					X		X	X
Ciências-Licenciatura Plena • Matemática	X	X	X	X	X	X		X	X
Geografia-Licenciatura Plena	X	X	X	X	X	X		X	X
Ciências Sociais-Licenciatura Plena	X				X	X		X	
História-Licenciatura Plena	X				X	X		X	X
Pedagogia-Licenciatura Plena • O.E, A.E, S.E, I.E e Magistério	X			X		X	X	X	
Administração/Bacharelado	X					X		X	
Ciências Contábeis	X					X		X	
Ciências Econômicas	X					X		X	
Educação Física				X		X		X	
Engenharia Civil	X	X	X	X	X	X		X	X
Arquitetura e Urbanismo	X	X		X		X		X	X

MEC/CFE

PARECER Nº

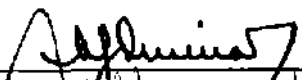

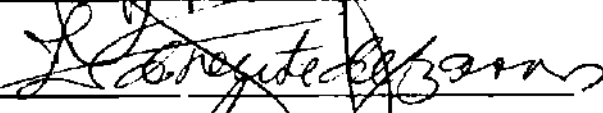
PROC. Nº

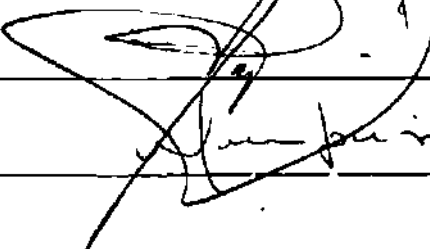
(dois) anos para o acompanhamento previsto pela Resolução CFE nº03/83 e Portarias CFE nºs 11/83 e 14/84, sendo-lhe vedado o uso do título de "UNIVERSIDADE" enquanto não obtiver o devido reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação. A Instituição ficará sujeita, durante o período de acompanhamento, ao ajustamento de seu processo às normas que vierem a ser expedidas sobre a matéria, em observância à Resolução CFE nº 002/90.

III- CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Autorização e Reconhecimento de Universidades acompanha o voto da Relatora.

Sala das Sessões,


 _____ Presidente

 _____ Relatora




IV DECISÃO DO PLENÁRIO

*' _O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou com o voto contrario do
Conselheiro Cicero Adolpho, a conclusão da Câmara*

Sala Barreto Filho , em 07 de 11 de 1990

D E C L A R A Ç Ã O D E V O T O

Declaração de voto - referente ao Processo 23001 .000435/90-24 - da Instituição Moura Lacerda.

Tive oportunidade de fazer uma análise do Relatório da douta Conselheira Margarida Leal, que conclui pela transformação, pela via do reconhecimento, da Instituição Moura Lacerda, em Universidade.

Dois aspectos, como sempre, são objeto de minha preocupação: a biblioteca e o corpo docente.

Os dados referentes as bibliotecas nesta instituição, que já *vai* caminhando para três quartos de século de atividade educacional, são como veremos, e para dizer o menos, lastimáveis.

Para chegarmos à análise destes dados, quero lembrar que no Brasil existem normas e padrões organizacionais e funcionais para a instalação de bibliotecas universitárias. Estes padrões acham-se disponíveis em publicações de vários bibliotecários brasileiros entre os quais cito apenas Agenor Briguet de Lemos, Edson Nery da Fonseca e Maria Cármen Romcy de Carvalho.

De acordo com esta autora, os padrões para instalações geralmente referem-se a três grandes áreas de atividades em bibliotecas: a de armazenamento das coleções, a do local de trabalho do "Staff" e a do local para leitura.

1) Armazenamento das coleções

Em geral, estantes padronizadas, com prateleiras de 90cm de comprimento cabem 25 volumes por prateleira, de modo que, tendo 5 prateleiras, cada estante comportam 125 volumes. Assim, 8 estantes podem armazenar 1000 volumes. Com tais dimensões, uma estante² ocupa 8.36 m.

2) Como o acervo da biblioteca em questão é de 46.489 volumes (ai incluídas os periódicos), para armazenar esta coleção são pre²

cisos 343.18m, incluídos ai os espaços entre estantes para acesso a circulação dos consulentes. Não consideramos, nesse cálculo - a existência de atlas e mapas, que exigem espaços mais amplos.

3) Local de trabalho do "Staff"

Calcula-se a área deste local tendo em vista as dimensões de uma mesa comum de escritório uma cadeira e o espaço em torno, pa

ra cada membro do "staff", o mínimo aceitável é de 6.48 m por pessoa. Tendo a biblioteca da Moura Lacerda 6 funcionários, o espaço necessá

rio a eles seria de 38.88m.

4) Sala de leitura

O cálculo desta área é feito mediante padrão que estabelece em 2,30m² o espaço necessário para cada leitor. Se, no caso em

apreço, em determinado momento, 10% dos alunos da instituição estiverem na biblioteca, teremos cerca de 100 alunos nesta área. São precisos, então, 230,0m² para esta sala de leitura, no mínimo.

5) Determinadas estas dimensões, a soma das três medidas é igual a 612,0m². Como assim chamada biblioteca de instituição em

foco dispõe de apenas 367m², somos obrigado a concluir que não há espaço suficiente para caber, sequer, as coleções que diz possuir.

É claro que estou me referindo à instalação situada em Ribeirão Preto, porque a de Jaboticabal não conta para este estudo.

6) Para efeito de comparação, e à procura de verificar os possíveis critérios que estariam presidindo as análises referentes a bibliotecas, nos relatórios sobre transformação de instituições em universidades, peguei, ao acaso, o Parecer nº 1031/39, aprovado em 6/12 o ano p. passado, da lavra do eminente Conselheiro Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Trata-se da Universidade Luterana do Brasil,

2 -

Nesta, a biblioteca ocupa um prédio de 4.198m² de área e abrigava a época do Parecer 42.848 volumes, incluindo hemeroteca, ma poteca, videoteca e pinocoteca, além dos livros. E, o que é mais importante ainda, tinha capacidade para atender 1000 alunos por turno de trabalho.

Esta biblioteca obedeceu a planejamento e seguiu padrões que buscaram a excelência dos serviços a serem prestados.

O que infiro da comparação é que faltam critério e conhecimento de padrões para a análise deste importantíssimo setor de uma organização educacional.

Porque aceitamos, ora uma biblioteca organizacional e funcionalmente boa e ora um amontoado de livros que não tem nem organização, nem possibilidade de funcionamento? A verdade é que continuamos a considerar a biblioteca como coisa só no contexto da instituição de ensino.

Agora, passemos à apreciação do professorado.

Para efeito desta apreciação estabeleci, para meu uso, uma classificação que não pode fugir por completo à aleatoriedade e que, por isso mesmo, padece dos males de qualquer classificação. Isto posto, atribuí aos professores duas categorias: Aos que não têm a pós-graduação "stricto sensu", chamarei de professores com baixa qualificação ; ao

Vejamos, então, o que está ocorrendo, por comparação, na entidade objeto do relatório em discussão e com a mesma universidade utilizei na análise da biblioteca.

Na Instituição Moura Lacerda há 65,8% de professores com baixa qualificação. Entre estes, há ainda mais, 17,48% chamados de "auxiliares de ensino" que "somente desempenham atividades de magistério sob supervisão dos demais professores".¹ Seriam meros estagiários? É uma questão nebulosa. E há 24,46% entre os docentes que já têm mestrado ou doutorado. Grosseiramente, um quarto apenas do corpo docente tem o que chamei de elevada qualificação.

Na Universidade Luterana do Brasil, à época do seu reconhecimento, já havia 47,06% de mestres e doutores e 48% de professores com especialização. São situações completamente diferentes. E, aqui também se verifica que nosso trabalho, no particular, pesa-me dizer, está sendo feito sem obediência a critérios.

Tratando da expansão das universidades no Brasil, escreveu Anísio Teixeira em 1968:

"O Brasil da década de 20 e mesmo 30 tinha consciência de padrões escolares. O mal foi o de tê-los perdido em face da pressão popular pela expansão do ensino. Não desconheço a gravidade desse erro, como procurar explicá-lo desse modo. A gravidade é máxima, pois, não se responde ao desejo de expansão, enganando esse dese

Por estas razões, voto contra a acolhida da Carta Consulta

Brasília, em 9 de novembro de 1990. Cícero Adolpho

da Silva - Relator.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)